

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2022

O **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12ª REGIÃO (CRESS/SC)**, pessoa jurídica de direito público constituída sob a forma de autarquia corporativa, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 76.757.099/0001-99, estabelecida na Rua dos Ilhéus, 38, Ed. Aplub, Conjunto 1004/1005/1006, Centro, CEP 88101-560, Florianópolis/SC, por meio de sua Conselheira Presidente, a Assistente Social Cheyenne Vieira Marques, torna público para conhecimento de todos os interessados, que na data, horários e local indicados neste edital, será realizada licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço, para a contratação de **serviços de locação de veículo e prestação de serviço de motorista**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste Edital e seus anexos, que será processando nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto 10.024/2019, que regulamenta a modalidade Pregão na forma Eletrônica, à Lei Complementar nº 123/2006, e, no que couber, à Lei nº 8.666/1993.

O início de acolhimento das propostas ocorrerá às 12hr do dia 08/02/2023;
O limite para envio das propostas comerciais será até 10hr do dia 06/03/2023;
A abertura das propostas ocorrerá às 10hr do dia 06/03/2023;
O início da sessão de disputa de preços ocorrerá às 10hr do dia 07/03/2023;

Para fins de cumprimento dos prazos previstos neste edital, servirá de referência o horário de Brasília-DF;

Edital gratuito disponível no sítio eletrônico do CRESS-12ª Região ou via Internet através do sistema Licitações-e:

<https://cress-sc.implanta.net.br/portaltransparencia>

<https://www.licitacoes-e.com.br/> - Código Licitação: 978789

1. DO OBJETO

O procedimento licitatório tem por objeto a contratação de **serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA**, nos termos e especificações do Termo de Referência, parte integrante deste Edital

1.1. São partes integrantes do presente Edital, além dos respectivos anexos, o Termo de Referência e a Minuta de Contrato, estando a proponente vinculada a todos os referidos termos.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

2.1. Poderão participar da presente licitação as empresas interessadas com ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, que atenderem a todas as exigências do edital, inclusive quanto à documentação exigida, e estejam previamente credenciadas perante o sistema Licitações-e do Banco do Brasil S.A.

2.2. Não serão admitidas nesta licitação a participação de empresas suspensas de participar de licitação e/ou impedido de contratar com a administração pública, no prazo e condições do impedimento, bem como aquelas declaradas inidôneas.

2.3. Não será permitida a participação de pessoas físicas.

2.4. Não será permitida a participação de empresas consorciadas.

2.5. Não será permitida a participação de empresas sob processo de falência ou concordata, em recuperação judicial com concurso de credores, em dissolução, em liquidação, e empresas controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

2.6. Não serão permitidas de participar da presente licitação empresas nas quais algum sócio ou diretor tenha parentesco de até 3º grau com empregado/trabalhador do CRESS-SC, que atue na área de licitações e/ou na área de gestão do contrato firmado, bem como com Diretores, Conselheiros do CRESS ou autoridade de ente público ao qual este órgão licitador esteja vinculado; e

2.7. Não será permitida a participação de empresa que possua em seu quadro de pessoal menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz desde que acima de quatorze anos, ou possua menores de dezoito anos em atividades noturnas, insalubres e/ou perigosas, conforme art. 7º, inc. XXXIII, da CF/88.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES-E

3.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão ser credenciados previamente perante o provedor do sistema Banco do Brasil S/A, para a geração de chave de identificação e senha de acesso, sendo ela pessoal e intransferível, devendo ser mantida sob sigilo absoluto.

3.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no aplicativo "Licitações".

3.3 Em sendo o representante sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado), a Proponente deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.4 Para o credenciamento, os interessados deverão dirigir-se a qualquer agência do Banco do Brasil S.A. sediada no país, para que façam sua adesão ao aplicativo "Licitações".

3.5 Para a Proponente correntista do Banco do Brasil S/A, é necessário:

- a) Fornecer cópia do contrato social, do CNPJ e dos documentos pessoais dos sócios;
- b) Firmar "Termo de Adesão ao Regulamento";
- c) Nomear representante (pessoa física), que será reconhecido como legítimo para realizar negócios em seu nome e sob sua responsabilidade ("Termo de Nomeação de Representante"). O representante também será registrado no sistema. Assim, caso ele não seja correntista do banco, deverá fornecer cópia de identidade, CPF e comprovante de residência.

3.6 O aplicativo "Licitações" pode ser acessado através do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

3.7 O "Termo de Adesão ao Regulamento" e o "Termo de Nomeação de Representante" podem ser obtidos na página do aplicativo "Licitações" na Internet, opção "Solicitação de Credenciamento" no "Licitações", ou fornecidos pelas agências do banco.

3.8 Para possibilitar maior segurança aos participantes, o credenciamento não é feito através da Internet. Ao preencher o formulário, a Proponente estará fazendo apenas um pré-cadastramento, que será enviado à agência por ele escolhida para posterior efetivação.

3.9 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de estar sob a penalidade.

3.10 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

3.11 O uso da senha de acesso pela Proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRESS-SC responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.12 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da Proponente ou seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.13 Em caso de dúvidas relativas ao sistema "licitacoes-e", o interessado deverá entrar em contato com o BANCO DO BRASIL, através dos telefones 4004-0001 para os municípios localizados nas capitais e regiões metropolitanas e 0800-729-0001 para as demais localidades.

4. DO ACESSO AO SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 4.1 A participação neste pregão eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado da Proponente e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 4.2 A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado".
- 4.3 O encaminhamento de proposta implica o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.
- 4.4 A Proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.5 Incumbirá à Proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DA PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1 A licitante deverá encaminhar sua proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horários marcados para abertura da sessão, contendo as especificações do objeto licitado, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2 Antes de cadastrar a proposta, a proponente deverá obrigatoriamente selecionar o campo "*Validade de Proposta Registrada*" disponibilizado no sistema eletrônico, declarando que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, manifestando ainda pleno conhecimento e aceitação a todas as regras do certame.
- 5.3 O licitante deverá preencher, em campo apropriado do SISTEMA ELETRÔNICO o "*Valor Total do Lote R\$*", informar o preço total relativo ao lote para o qual está enviando a proposta. E o valor deverá ser expresso em Reais (R\$), com 02 (duas) casas decimais.
- 5.4 Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente.
- 5.5 O preço inicial proposto, bem como aqueles ofertados na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6 O prazo de validade das propostas apresentadas nesta licitação será, automaticamente, de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para a abertura das propostas, o qual, se necessário, poderá ser prorrogado mediante concordância das licitantes.
- 5.7 A proposta comercial cadastrada junto ao sistema Licitações-e não poderá ser identificada, sob pena de violação do sigilo de preços e desclassificação do certame.
- 5.8 Nos valores propostos deverão ser considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto.
- 5.9 Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou em face de sua desconexão.
- 5.10 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 5.11 A apresentação da proposta implicará plena aceitação das condições e termos previstos no presente edital de licitação.

6. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

- 6.1 Aberto o certame, o pregoeiro efetuará a análise de aceitabilidade das propostas apresentadas, verificando a adequação e compatibilidade, com posterior divulgação das propostas de preços recebidas e ordem de classificação, momento em que estará aberta a etapa competitiva.
- 6.2 O valor do lance mínimo permitido pelo sistema do Pregão Eletrônico será definido e editado no ato do pregão.

- 6.3 Aberta a etapa competitiva, será considerada como primeiro lance a proposta inicial de menor valor apresentado.
- 6.4 As proponentes deverão estar conectadas ao sistema para participarem da etapa de lances, devendo encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico Licitações-e.
- 6.5 As Proponentes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, não sendo aceitos aqueles que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital.
- 6.6 A cada lance ofertado, a Proponente será imediatamente informada de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 6.7 Os lances deverão se referir ao VALOR GLOBAL, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais.
- 6.8 Só serão aceitos lances inferiores ao último lance anteriormente registrado no sistema pelo próprio proponente.
- 6.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- 6.10 Durante o transcurso da sessão pública, as Proponentes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 6.11 No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 6.12 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica no site divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 6.13 A disputa ocorrerá pelo modo aberto, em que a etapa de lances terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, inicia-se o tempo randômico, com a prorrogação automática pelo período de 02 (dois) minutos, enquanto estiverem sendo ofertados lances, reiniciando este prazo (2 minutos) a cada lance ofertado.
- 6.14 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 6.12, a sessão pública será encerrada automaticamente, com posterior verificação da conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 6.15 Encerrada a etapa de lances, será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o exercício do direito de preferência, nos seguintes termos:
- a) Quando houver o empate ficto, entendido como situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
 - b) A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;
 - c) A apresentação de proposta inferior àquela considerada vencedora da fase de lances pela microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do pregoeiro, através do sistema, sob pena de preclusão;
 - d) O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por empresa enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
 - e) Na hipótese da desistência ao exercício do direito de preferência ou da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.
- 6.16 Quando houver uma única Proponente ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.
- 6.17 Encerrada a fase de recebimento de lances, compete ao Pregoeiro avaliar a aceitabilidade dos preços apresentados, verificando a perfeita consonância com as especificações e condições do edital, devendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital, e, posteriormente, decidir sobre sua aceitação.

6.18 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

6.19 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a Proponente desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as propostas ou os lances subsequentes, observando o direito ao exercício de preferência à microempresa ou empresa de pequeno porte, verificando a aceitabilidade da proposta e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este edital. Nesta hipótese, o Pregoeiro poderá negociar com a Proponente para que seja obtido preço melhor.

6.20 O CRESS-SC poderá realizar ou propor diligências para aferir a exequibilidade da proposta, ou ainda, para ajustar a proposta apresentada pelo licitante melhor classificado, com vistas a atender plenamente ao orçamento estimado pelo CRESS-SC, compreendendo, para tanto, a readequação dos valores unitários que deverão ser contemplados iguais ou inferiores aos estimados, respeitando sempre o valor global ofertado na etapa de negociação.

6.21 Em ocorrendo a aceitabilidade dos preços apresentados pela Proponente detentora da melhor oferta e a apuração do atendimento das condições habilitatórias pelo Pregoeiro, esse declarará vencedora do certame, ocasião em que o “chat de mensagens” restará aberto para a manifestação da interposição de recurso.

6.22 A falta de manifestação motivada da Proponente na sessão implicará a decadência do direito de recurso.

6.23 A manifestação da intenção de interpor recurso deverá ser feita durante o prazo de 15 (quinze) minutos em que o “chat de mensagens” fica aberto para o envio de mensagens, com registro em ata da síntese das suas razões.

6.24 O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

6.25 Não serão aceitos recursos sem a síntese de suas razões ou recursos meramente protelatórios.

6.26 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.27 A ata da sessão pública com a classificação das propostas e/ou lances apresentados poderá ser adquirida junto ao CRESS-SC mediante solicitação.

6.28 A homologação será divulgada na página do CRESS-SC no sítio eletrônico <https://cress-sc.implanta.net.br/portaltransparencia>.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 O Critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste edital.

7.2 Serão desclassificadas as propostas que não obedecerem às condições estabelecidas no edital.

7.3 O pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 Proponente detentora da melhor oferta do lote deverá encaminhar para o e-mail licitacao@cress-sc.org.br, no prazo máximo de 02 (duas) horas, salvo justificativa prévia aceita pelo CRESS-SC, a partir do final da realização da sessão do Pregão Eletrônico ou àquele que o Pregoeiro determinar, os seguintes documentos:

- a) A Documentação necessária para Habilitação – relacionada no Anexo III do presente edital e;
- b) A Proposta Comercial adequada, especificando o valor do lote arrematado – devendo esta ser preenchida no formulário do Anexo IV do presente edital.

8.2 Os documentos de habilitação poderão ser encaminhados pela licitante vencedora de forma eletrônica, desde que autenticados digitalmente. Diante da impossibilidade da autenticação digital, deverá ocorrer o envio dos documentos de forma eletrônica no prazo de até 02 (duas) horas após o encerramento da etapa de lances e declaração de vencedor, e, posteriormente, deverá ocorrer o encaminhamento dos documentos físicos originais

e ou autenticados, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da solicitação do pregoeiro, sob pena de decair ao direito a contratação, bem como na incidência das disposições constantes do item 8.7.

8.3 É de inteira responsabilidade do licitante o cumprimento do prazo de entrega da documentação, inclusive via correios.

8.4 Se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá conforme a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.5 Em havendo necessidade de realização de diligências com vistas ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos habilitação e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada e registrada no sistema e em ata, fica assegurado ao Pregoeiro suspender a sessão pública, que somente será retomada na data previamente designada, ou reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

8.6 Os documentos de habilitação encontram-se elencados no Anexo III deste edital e somente serão aceitos nas formas indicadas nos itens 8.1 e 8.2 deste edital, independentemente de qualquer instrução neles contida acerca da forma e validade.

8.7 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão estar em nome da Proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando-se ainda o que segue:

- a) Se a Proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.
- b) Se a Proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8 A licitante que deixar de entregar os documentos de habilitação e a proposta de preços no prazo estabelecido neste edital, ou apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, lance ou oferta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com esta Autarquia, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo da multa no percentual de 5% do valor total estimado para a contratação.

9. DAS IMPUGNAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

9.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data limite para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão ou solicitar esclarecimentos, mediante petição endereçada ao Pregoeiro, a ser enviada para o endereço eletrônico licitacao@cress-sc.org.br.

9.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

9.3. Fica registrado que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e ficará a critério do pregoeiro, cuja eventual decisão de suspensão será devidamente motivada nos autos do processo de licitação.

9.4. Em sendo acolhida a impugnação, diante da necessidade de modificações no edital, estas serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do edital, ficando garantido a reabertura do prazo inicialmente estabelecido para apresentação das propostas, salvo se a alteração não afetar a formulação das propostas.

9.5. Em relação aos pedidos de esclarecimentos, o pregoeiro os responderá no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento, cujas respostas serão divulgadas pelo sistema e terão caráter vinculante a todos os participantes.

9.6. No que se referem aos recursos, declarada vencedora, a Proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões em 15 (quinze) minutos, sendo-lhe facultado juntar as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais interessados, desde já, intimados a apresentar contrarrazões razões recursais em igual prazo, que se iniciará do dia útil subsequente ao término do prazo recursal, dispensando a necessidade de intimação.

9.7. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.8. Não serão aceitas impugnações, pedidos de esclarecimentos e recursos apresentados fora dos prazos fixados acima.

9.9. A(s) resposta(s) serão disponibilizadas através do sítio eletrônico do CRESS-SC, ficando os licitantes cientes do dever de observar os prazos estabelecidos neste ato convocatório e durante a sessão pública, bem como acompanhar as movimentações e publicações ocorridas por meio do sítio eletrônico do CRESS-SC e junto ao Sistema Licitações-e.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

10.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, ocorrerá a adjudicação do objeto e homologação do procedimento licitatório.

10.2 Em não havendo intenção de recurso durante a sessão pública do pregão, o Pregoeiro procederá para a fase adjudicatória do objeto licitado em favor do licitante vencedor e homologatória do certame.

10.3 O resultado final será divulgado na página do CRESS-SC no sítio eletrônico <https://cress-sc.implanta.net.br/portaltransparencia>.

11. ASSINATURA DO CONTRATO

11.1 Após adjudicação do objeto e em favor do vencedor do presente Pregão e homologação do procedimento licitatório, a Proponente vencedora será convocada a comparecer junto ao CRESS-SC, no prazo de até 03 (três) dias úteis para firmar o contrato de prestação de serviços, cuja minuta com as disposições que disciplinarão a relação a ser estabelecida entre o presente órgão licitador e a proponente vencedora é parte integrante do presente edital.

11.2 A convocação será feita por meio de endereço eletrônico (e-mail) informado pela Proponente vencedora.

11.3 A Proponente vencedora que, convocada para assinar o contrato, não o fizer no prazo estipulado no item 11.1, sem qualquer justificativa aceita pelo CRESS-SC decairá do direito à contratação e ficará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total estimado para a contratação e suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CRESS-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos, assim como a indenização por perdas e danos à Administração Pública do CRESS-SC e demais cominações legais pertinentes.

11.4 No caso do disposto no item 11.3, será convocada outra Proponente, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, observado ainda o disposto nos itens 6.18 e 8.4 deste instrumento convocatório.

11.5 O referido Contrato terá a duração de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que mantidos os preços e condições que exprimem a vantajosidade para a Administração Pública do CRESS-SC, nos termos da Lei.

11.6 A contratada responsabilizar-se-á exclusivamente por todos e quaisquer encargos fiscais incidentes ou decorrentes do objeto deste certame, respondendo também exclusivamente, por todo e qualquer pagamento decorrente de relação empregatícia com seus empregados/cooperados/credenciados que executarão os serviços contratados, inclusive todos e quaisquer salários, remunerações, vantagens, verbas rescisórias e demais encargos, inclusive sociais e previdenciários, afastada qualquer hipótese de vínculo empregatício entre os empregados da contratada e o contratante.

12. DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE

12.1 O CRESS-SC se reserva ao direito de exercer a mais ampla fiscalização dos serviços contratados, fiscalização essa que, em nenhuma hipótese eximirá a contratada das responsabilidades contratuais e legais bem como de eventuais danos materiais ou morais que venham a ser causados, seja por atos ou omissões, de seus funcionários ou prepostos.

12.2 Caso julgue necessário, O CRESS-SC poderá acompanhar a execução dos serviços de acordo com o Contrato, podendo recusar qualquer serviço ou condição fornecida em desacordo com as especificações mínimas estabelecidas neste edital e seus anexos.

12.3 A contratada responsabilizar-se-á pela totalidade dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes dos compromissos assumidos.

13. DA COMPATIBILIDADE DA LICITAÇÃO COM OS RECURSOS DO CRESS-SC

13.1. O CRESS-SC não possui PPA e LDO, uma vez que os mesmos são instrumentos legislativos que fogem à sua competência normativa. Contudo, visando garantir segurança jurídica à contratada, seguem as seguintes informações:

- I. Demonstração da arrecadação:
 - a) 2022 - janeiro a setembro – R\$ 2.156.842,90
 - b) 2021 - R\$ 2.219.294,85
 - c) 2020 - R\$ 1.936.165,53
- II. Projeção de arrecadação:
 - a) 2023 - R\$ 3.819.670,93

14. DISPOSIÇÕES FINAIS.

14.1. O CRESS-SC se reserva ao direito de aumentar ou diminuir os serviços contratados nos locais objeto da presente licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com a Lei.

14.2. O CRESS-SC se reserva ao direito de revogar ou anular a presente licitação, nos casos previstos em lei, ou ainda no caso de conveniência administrativa, garantidos a preservação do interesse e cofres públicos.

14.3. Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo Pregoeiro em conjunto com a equipe de apoio e assessoria jurídica.

14.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CRESS-SC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.5. Fica eleito o foro federal de Florianópolis-SC, com a renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões referentes a presente licitação.

14.6. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.7. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame licitatório.

14.8. Para que não haja prejuízo ao exercício de direitos e ao cumprimento de obrigações pertinentes ao certame licitatório, os licitantes deverão observar e acessar o sistema Licitações-e nos horários definidos pelo Pregoeiro.

14.9. A Proponente vencedora tem pleno conhecimento de todos os itens e anexos expressos no respectivo processo, a eles se obrigando como se neste estivessem transcritos, inclusive quanto à obrigatoriedade de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.10. As mensagens inseridas pelo Pregoeiro após o encerramento da disputa estarão disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br, no link do presente edital, nas opções: **consultar lotes > chat de mensagens** ou **consultar detalhes**.

14.11. Em cumprimento à LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/18, a Proponente Vencedora deverá comprometer-se a manter sigilo das informações e dados pessoais que venha a ter acesso ou conhecimento, direta ou indiretamente, através da prestação dos serviços objeto do presente edital,

especialmente em relação a dados sensíveis e informações relacionadas com o CRESS-SC, em hipóteses alguma podendo se utilizar de tais dados em benefício próprio nem as divulgar, sob pena de rescisão do Contrato, não eximindo a Proponente das punições previstas em lei.

Florianópolis-SC, 3 de fevereiro de 2023.

Débora Ruviano
Assistente Social nº 6792/CRESS 12ª Região
Conselheira Presidente

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

I – Justificativa

1. Contratação de serviço especializado em locação de veículo e motorista, para dar suporte às necessidades de locomoção eventuais de conselheiros e funcionários, tais como: encontros, reuniões, visitas de orientação e fiscalização e eventos em geral. A contratação deste serviço se faz necessária, decorrente da ausência de veículo próprio deste Conselho e de pessoal com atividade destinada para estes fins.
2. O presente feito, foi concebido para garantir o interesse deste Conselho, inclusive em respeito à economia de recursos, visto o contrato, a se celebrar, ser **por demanda**, havendo gastos somente quando requisitado e prestado o referido serviço.

II – Objeto

3. O objeto do presente processo licitatório é a locação de veículo automotor e motorista, sendo:
 - 3.1. Veículo automotor, com especificações:
 - a) Veículo executivo;
 - b) Quilometragem livre;
 - c) Ano de fabricação 2019 ou posterior;
 - d) Ar condicionado em perfeito estado de funcionamento;
 - e) Direção elétrica ou hidráulica;
 - f) Motor 1.4 ou superior;
 - g) 04 (quatro) portas laterais;
 - h) Capacidade máxima para 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
 - i) Porta-malas com capacidade mínima de 400 (quatrocentos) litros;
 - j) Freios ABS;
 - k) Airbags;
 - l) Itens de segurança, conforme exigências legais;
 - m) Revisões em dia;
 - n) Seguro total;
 - o) Documentação devidamente regularizada;
 - p) Bom estado de uso, conservação e limpeza.
 - 3.2. Motorista, com os seguintes requisitos:
 - a) Possuidor de Carteira Nacional de Habilitação devidamente regularizada;
 - b) Habilitado há pelo menos 01 (um) ano para condução do veículo (categoria B);
 - c) Não ter incorrido em multa grave ou gravíssima os doze meses antecedentes à contratação;
 - d) Condições de trabalho de acordo com as normas trabalhistas vigentes.

III – Procedimento Licitatório e Contratação:

4. Pela natureza dos serviços envolvidos na contratação, visto ser variável de acordo com a demanda deste Conselho, a modalidade de licitação a ser utilizada é **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**.
5. Considerando a fidúcia envolvida na contratação, o tipo de licitação será “**menor preço**” e o critério de escolha do vencedor do certame, através da apresentação de proposta de menor valor de diárias de veículo e motorista, sendo vedada a apresentação de preços excessivos e/ou inexequíveis.
6. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, renovável sempre por igual e sucessivo período, mediante interesse do CRESS-12ª Região e desde que não ultrapasse o limite de 60 (sessenta) meses, com possibilidade de qualquer uma das partes rescindir antecipadamente, nos termos do detalhamento a ser realizado no modelo de contrato que será produzido e homologado pela autoridade competente do CRESS-12ª Região.

7. O valor máximo orçado para despesa com os serviços licitados, é de R\$ 145.800,00 (cento e quarenta e cinco mil e oitocentos reais).
8. As propostas apresentadas em valor superior ao máximo estipulados, serão consideradas inexequíveis.
9. Para composição da proposta a ser apresentada, a proponente deverá considerar os dados dos anos anteriores com os gastos já realizados, para contratação dos serviços em questão.
10. O licitante deverá ter acesso a este Termo de Referência, ao Edital e à minuta do Contrato, a ser celebrado.

IV – Atividades em Espécie

11. O serviço objeto da presente licitação, tem caráter eventual, havendo efetiva prestação somente quando requisitado; assim, nenhum veículo ou motorista ficará permanentemente à disposição do contratante.
12. A prestação do serviço será contabilizada por diária e meia diária de veículo e motorista.

12.1. Em relação ao veículo:

- a) A diária do veículo será definida como locação do bem por **24h** (vinte e quatro horas) à disposição da contratante.
- b) A **meia diária do veículo** ocorrerá com redução de 50% da duração e do valor da diária, **sendo então a locação do veículo por 12h** (doze horas) à disposição da contratante.

12.2 Em relação ao motorista:

- a) **A diária do motorista será definida por 8 (oito) horas à disposição do contratante**, podendo ser estendida por mais 02 (duas) horas extras com acréscimo proporcional do valor.
- b) A **meia diária do motorista** ocorrerá com redução de 50% da duração e do valor, **ficando o motorista à disposição da contratante por 04 (quatro) horas**, podendo ser estendida por mais 02 (duas) horas extras com acréscimo proporcional.

13.1 A contabilização será feita em múltiplos de diárias e meia diárias, arredondando para mais, sendo o valor das diárias, aquele constante na proposta da vencedora do certame e, as meia diárias, a redução de 50% dos respectivos valores.

13. Da solicitação de prestação do serviço:

13.1. O serviço será solicitado com no mínimo 48h de antecedência, não se aceitando o contratado escusar-se a fornecer o veículo e motorista na data desejada, desde que respeitado o prazo da solicitação.

14. Desistência:

14.1. Quando solicitado o serviço, o contratante poderá desistir até 12h antes, sem custos.

14.2. Não sendo respeitado o prazo descrito no item 14.1, o contratante pagará o valor de uma diária, a título de multa.

14.3. Caso ocorra a solicitação da prestação do serviço por período prolongado, poderá o contratante antecipar o término, arcando com os custos das diárias, em conformidade com o serviço já prestado.

15. Pela natureza do contrato de locação, a posse do veículo durante o período da diária, será do contratante, ensejando ser este livre para determinar itinerários, rotas, bem como os horários para locomoção, devendo o motorista atender prontamente as necessidades, conforme demandado.

16. Custos e despesas:

16.1. O contratante arcará somente com as seguintes despesas:

- a) Valor da diária ou meia-diária de veículo e motorista.
- b) Despesas inerentes à locomoção, como: combustível, pedágios e estacionamento.

16.1.1. Os valores referentes à alínea “b”, serão custeados pela Contratada durante a prestação dos serviços, que deverá apresentar os comprovantes de pagamento (cupons e/ou notas fiscais, com respectivos dados do Contratante) para que, posteriormente, por ocasião da apresentação da documentação para o pagamento dos serviços, deverão ser apresentados conjuntamente a fim de se efetuar os devidos ressarcimentos.

16.2. Será de responsabilidade exclusiva da contratada:

- a) Quaisquer custos e despesas referentes ao motorista, inclusive alimentação e estadia;
- b) Infrações e multas que possam ocorrer, ficando os custos relativos a estes ao encargo da contratada;
- c) Danos de qualquer natureza ao veículo locado, sendo exigido possuir seguro contra acidentes e assistência técnica 24h;
- d) Custos com manutenção e tributação do veículo;
- e) Encargos trabalhistas ou semelhantes relativos ao motorista.

17. O controle dos horários (inclusive de abastecimento e estacionamento) será efetuado por instrumento próprio, contando com assinatura do motorista e do representante do contratante, beneficiário da prestação do serviço.

18. A abrangência dos serviços, é o território que compreende a Região Sul do Brasil (Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), sendo que a entrega e a devolução do veículo locado na cidade de Florianópolis ou naquela indicada, na retirada do mesmo ou, ainda, conforme o cronograma da viagem respectiva, de acordo com o serviço prestado.

19. Em razão das demandas, a contratada deverá ter condições de prestar, no mínimo, dois serviços simultâneos.

20. É exigido possuir seguro contra acidentes e assistência técnica de pronto atendimento, em toda a área de abrangência.

21. É facultado ao contratante prévia vistoria do veículo a ser fornecido para locação, a fim de checar as especificações e condições de uso, conservação e limpeza, podendo não ser aceito o veículo no estado apresentado, caso não atendidas as exigências, ensejando a adequação do mesmo ou substituição.

22. O cumprimento das atividades será controlado através do documento definido no item 18, sob análise do fiscal do contrato a ser designado, além dos demais dispositivos constantes no Edital e contrato.

V – Considerações finais

23. O Edital e a Minuta de Contrato serão elaborados de modo a expor minuciosamente as obrigações das partes, estabelecendo critérios para aferir o adimplemento contratual e o inadimplemento, neste caso com as sanções cabíveis.

24. O não cumprimento de quaisquer dos termos definidos no presente instrumento poderá ser utilizado para justificativa de rescisão contratual, ainda que antecipada.

Florianópolis/SC, 3 de fevereiro de 2023.

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2022**

Aos xx de xx de xxxx, nesta cidade de Florianópolis-SC, compareceram ao **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12ª REGIÃO**, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma de autarquia fiscalizadora, estabelecida à Rua dos Ilhéus, nº 38, Ed. Aplub, Sala 1005, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.010-560, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.557.099/0001-99, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por sua Conselheira Presidente, Sra. Cheyenne Vieira Marques, inscrita no CPF sob o nº 044.082.569-51; e de outro a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXX, nº XXX, Bairro XXXX, XXX/XXXX, CEP XXXXX-XXX, doravante denominada CONTRATADA, por meio de seu Representante Legal, o Sr(a). XXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXX-XX, residente e domiciliado à XXXXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXX, XXXX/XXX, para celebrar o presente instrumento, oriundo do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2022, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto 10.024/2019, DA Lei 9.656/1998, da Lei Complementar nº 123/2006, e, no que couber, à Lei nº 8.666/1993, e das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a **LOCAÇÃO DE VEÍCULO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA**, que envolva a locação de veículo automotor e prestação de serviço de motorista, permitindo ao CONTRATANTE alcançar os objetivos, previamente traçados para viagens e deslocamentos, por seus Conselheiros, Funcionários, Assessores e Colaboradores, nos termos da licitação vencida pela CONTRATADA, em virtude do Processo Administrativo nº 042/2022 – Pregão Eletrônico nº 01/2023, sendo o Edital e anexos parte integrante e indissociável deste.

§ 1º As especificações mínimas do veículo a ser locado e as exigências do serviço de motorista serão as constantes no item “II – Objeto” do Termo de Referência.

§ 2º O serviço objeto da presente licitação, tem caráter eventual e a efetiva prestação ocorrerá quando requisitado, evitando, assim, que veículos e motoristas fiquem permanentemente à disposição do CONTRATANTE.

§ 3º A prestação do serviço será contabilizada por diária e meia diária de veículo e motorista.

a) Em relação ao veículo:

a.1) A diária do veículo será definida como locação do bem por **24h** (vinte e quatro horas) à disposição da contratante.

a.2) A **meia diária do veículo** ocorrerá com redução de 50% da duração e do valor da diária, **sendo então a locação do veículo por 12h** (doze horas) à disposição da contratante.

b) Em relação ao motorista:

b.1) A **diária do motorista** será definida por **8 (oito) horas à disposição do contratante**, podendo ser estendida por mais 02 (duas) horas extras com acréscimo proporcional do valor.

b.2) A **meia diária do motorista** ocorrerá com redução de 50% da duração e do valor, **ficando o motorista à disposição da contratante por 04 (quatro) horas**, podendo ser estendida por mais 02 (duas) horas extras com acréscimo proporcional.

§ 4º A contabilização será feita em múltiplos de diárias e meia diárias, arredondando para mais, sendo o valor das diárias o constante na proposta da CONTRATADA e, as meia diárias, a redução de 50% dos respectivos valores.

§ 5º Da solicitação de prestação do serviço:

I – O serviço será solicitado com no mínimo 48h de antecedência, não podendo, a CONTRATADA, escusar-se a fornecer o veículo e motorista na data desejada, desde que respeitado o prazo da solicitação.

II – A prestação do serviço poderá ser solicitada por telefone, pessoalmente ou por e-mail.

III – Quando solicitado o serviço, a CONTRATANTE poderá desistir até 12h antes, sem custos.

IV – Não respeitado o prazo anterior e, em caso de desistência, a CONTRATANTE pagará o valor de uma diária.

V – Em caso de solicitação de prestação do serviço por período prolongado, poderá a CONTRATANTE antecipar o término do mesmo, arcando com os custos das diárias, em conformidade com o serviço já prestado.

§ 6º Pela natureza do contrato de locação, a posse do veículo durante o período da diária será da CONTRATANTE, ensejando ser esta, livre para determinar itinerários, rotas, bem como horários para locomoção, devendo o motorista disponibilizado pela CONTRATADA, atender prontamente as necessidades conforme demandado.

§ 7º A abrangência dos serviços é o território que compreende a Região Sul do Brasil (Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), sendo que a entrega e a devolução do veículo locado na cidade de Florianópolis ou naquela indicada na retirada do mesmo ou, ainda, conforme o cronograma da viagem respectiva, será de acordo com o serviço prestado e a necessidade da CONTRATANTE.

§ 8º Em razão das demandas, é assegurado ter a CONTRATADA condições de prestar, no mínimo, dois serviços simultâneos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

§ 1º A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a quantia mensal, correspondente aos serviços prestados.

§ 2º As despesas inerentes à locomoção, como combustível, pedágios e estacionamento, serão custeados pela CONTRATADA durante a prestação dos serviços, que deverá apresentar os comprovantes de pagamento (cupons e/ou notas fiscais, com respectivos dados da CONTRATANTE) para que, posteriormente, sejam ressarcidos, juntamente da ocasião do pagamento mensal, referido no parágrafo anterior.

§ 3º O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do envio da cobrança pela CONTRATADA à CONTRATANTE, no endereço por esta indicado.

§ 4º Ocorrendo atrasos no pagamento, previsto no parágrafo primeiro, a CONTRATANTE ficará sujeita ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o débito, acrescido de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o total, que será atualizado tendo como base a variação acumulada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculado “*pro rata die*”, incidente entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento da obrigação.

§ 5º Na eventualidade da CONTRATADA vir a receber os valores que lhe são devidos em atraso, na forma disposta no parágrafo quarto, constituirá mera liberalidade da CONTRATADA, podendo, todavia, a CONTRATADA considerar rescindido o contrato, a qualquer tempo, na hipótese de não pagamento no prazo estipulado no § 3º.

§ 6º A CONTRATADA fica ciente de que, por ocasião dos pagamentos mensais, ocorrerá a retenção de INSS e ISS e, no caso de Pessoa Jurídica não optante do Super Simples, incidirá igualmente as retenções de PIS, COFINS, CSLL e IRPJ. Porém, a ausência da entrega do relatório mensal de atividades por parte da CONTRATADA (sempre que solicitado), acompanhado de comprovante de recolhimento do FGTS e do INSS de seus empregados, do mês anterior, autoriza a CONTRATANTE, segundo seu juízo discricionário, em não efetivar qualquer pagamento, até que os referidos documentos sejam apresentados.

§ 7º Os valores da diária do veículo e de motorista propostos deverão ser atualizados anualmente pelo índice INPC, até o término da contratação.

§ 8º A verba para custeio dos valores vinculados à presente Licitação está prevista orçamentariamente sob o nº. 6.2.2.1.1.01.04.04.026 - Serviços de Locação de Veículos com Motorista.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES

§ 1º O controle dos horários (inclusive de abastecimento e estacionamento) será efetuado por instrumento próprio, contando com assinatura do motorista e do representante da CONTRATANTE beneficiário da prestação do serviço.

§ 2º Haverá dois tipos de fiscalização: a ordinária e a extraordinária. A ordinária será realizada mensalmente, ocasião em que a CONTRATANTE designará um fiscal que verificará o cumprimento do serviço e comunicará à CONTRATADA, sempre que verificada qualquer irregularidade, bem como receberá relatórios e documentos mensais, inclusive referido documento do item anterior, ou sempre que solicitado. A extraordinária realizar-se-á sempre que o CONTRATANTE praticar qualquer diligência, visando apurar se o contrato está sendo regularmente cumprido, inclusive solicitando novas informações à CONTRATADA, que terá como prazo de resposta de até 15 (quinze) dias.

§ 3º É facultado à CONTRATANTE, prévia vistoria do veículo a ser fornecido para locação, a fim de checar as especificações e condições de uso, conservação e limpeza, podendo não aceitar o veículo no estado apresentado, caso não atendidas as exigências, ensejando a adequação do mesmo ou substituição.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo único. São obrigações da CONTRATADA:

- I – Garantir os custos e despesas referentes ao motorista, disponibilizado para a prestação do serviço, inclusive alimentação e estadia;
- II – Custear, durante a prestação do serviço, os gastos com combustível, pedágio e estacionamento, para posterior ressarcimento, conforme § 2º da cláusula segunda.
- III – Responsabilizar-se por infrações e multas que possam ocorrer, ficando os custos ao encargo da CONTRATADA;
- IV – Responsabilizar-se por danos de qualquer natureza ao veículo locado, possuindo seguro contra acidentes e assistência técnica 24h;
- V – Custear quaisquer despesas com manutenção do veículo, inclusive durante a prestação do serviço;
- VI – Ressarcir a CONTRATANTE, de todos os prejuízos que por dolo ou culpa der causa;
- VII – Apresentar relatório mensal (sempre que solicitado), com todas as atividades realizadas no período acompanhado, de comprovante de recolhimento do FGTS e do INSS de seus empregados, bem como o cronograma de atividades agendadas;
- VIII – Cumprir integralmente o objeto contratado;
- IX – Manter aos motoristas condições de trabalho de acordo com as normas trabalhistas vigentes.
- X – Manter em funcionamento uma Central de Atendimento Telefônico, para prestar informações e receber comunicações de interesse da CONTRATANTE, bem como número de telefonia móvel, de posse do motorista, durante a prestação dos serviços.
- XI – Fornecer a fatura de cobrança ao CONTRATANTE, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência ao pagamento;
- XII – A CONTRATADA responde pessoalmente por toda e qualquer despesa previdenciária, fiscal, comercial ou trabalhista que venha a adquirir, sozinha ou em razão dos empregados que possua. Em nenhuma hipótese a CONTRATANTE responde pelas obrigações supracitadas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Parágrafo único. São obrigações da CONTRATANTE:

- I – Prestar as informações e documentos que se fizerem necessários à boa e fiel execução do objeto do presente Contratação;
- II – Pagar a CONTRATADA até 10 (dez) dias após o recebimento da fatura, sob pena de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;
- III – Ressarcir os gastos com combustível, pedágio e estacionamento custeados pela CONTRATADA.

IV – Escolher um fiscal do Contrato entre seus servidores ou conselheiros que terá o dever fiscalizar o cumprimento do Contrato pela CONTRATADA, bem como exigir os documentos relativos à regularidade fiscal para que os pagamentos mensais possam ser feitos;

V – Efetuar a retenção e o recolhimento de todos os tributos aos quais esteja obrigado a fazê-lo, incidentes sobre as atividades vinculadas à execução do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDUTAS VEDADAS E SUAS SANÇÕES

§ 1º São condutas vedadas à CONTRATADA:

I – Inexecução total ou parcial do Contrato, considerando os termos do edital de licitação, ou, ainda, a inépcia e/ou desídia no cumprimento do dever, sem prejuízo de outras causas;

II – A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

III – A subcontratação, caracterizada pela contratação de pessoas físicas e jurídicas, fora das hipóteses de substabelecimento indicadas;

IV – O cometimento reiterado de faltas na execução do serviço;

V – A inadimplência da CONTRATADA quanto suas obrigações tributárias exigidas neste contrato, quando não sanadas no prazo de 90 dias (sem prejuízo do CONTRATANTE reter os pagamentos enquanto a situação não for regularizada).

§ 2º Todos os casos acima indicados, que não envolverem prejuízo financeiro concreto ao CONTRATANTE, ensejarão à CONTRATADA a pena de advertência. Na primeira reiteração de conduta será aplicada a pena de advertência ou multa de até 10% do valor mensal do contrato. Na segunda reiteração de conduta, poderá ser aplicada multa de até 10% da prestação mensal ou a rescisão do contrato.

§ 3º Quando a conduta da CONTRATADA, dentre as mencionadas acima, causar prejuízo real e imediato ao CONTRATANTE, aquele estará sujeito à possibilidade de multa, conforme parágrafo anterior, desde a primeira falta.

§ 4º Para fins de reincidência, as punições anteriores serão consideradas válidas pelo prazo de um ano após sua aplicação. Encerrado esse prazo, deve-se zerar os antecedentes da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO

§ 1º O termo inicial do presente contrato é o dia xxxxx. Seu termo final é o dia xxxxx, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos e mediante interesse da CONTRATANTE e desde que não ultrapasse o limite de 60 (sessenta) meses.

§ 2º O contrato poderá ser rescindido antecipadamente por qualquer um dos contratantes, ou não ser renovado, pelos motivos abaixo indicados:

I – Inexecução total ou parcial do contrato, especialmente no que se refere ao não cumprimento das atividades assinaladas ou, ainda, a inépcia e/ou desídia no cumprimento do dever, sem prejuízo de outras causas;

II – A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

III – A subcontratação, caracterizada pela contratação de pessoas físicas e jurídicas, fora das hipóteses de substabelecimento indicadas;

IV – O cometimento reiterado de faltas na execução do serviço;

V – A dissolução, cisão ou incorporação da pessoa jurídica contratada;

VI – A modificação da previsão orçamentária do CONTRATANTE que o leve à diminuição do valor a ser pago referente aos serviços contratados, caso a redução não seja aceita pela CONTRATADA;

VII – Pela contratação da CONTRATADA em outro contratante público que exija exclusividade;

VIII – Por comum acordo entre as partes;

IX – Por inadimplência da CONTRATADA quanto às suas obrigações tributárias exigidas nesse contrato;

X – Pelo não fornecimento de relatório mensal de atividades, quando solicitado pelo CONTRATANTE;

XI – Não cumprimento do serviço de acordo com os termos do edital e, especialmente, de seu objeto;

XII – Atraso e/ou atrasos reincidentes na prestação do serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO COMPETENTE

As partes contratadas elegem o foro federal de Florianópolis-SC, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, xx de xx de xxxx.

**CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
12ª REGIÃO**

CONTRATADA

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

1. DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.1 De forma a demonstrar a prova de Qualificação Técnica, a proponente deverá apresentar atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da pessoa jurídica licitante, **comprovando a prestação de serviços, pertinente e compatível com o objeto licitado.**

- a) O(s) atestado(s) deverá (ão) conter: identificação da pessoa jurídica emitente; nome e cargo do signatário; endereço completo do emitente; período de vigência do contrato; objeto contratual; outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas pela CRESS-SC.
- b) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão estar em nome e com CNPJ da matriz e/ou das filiais da Proponente.

1.2 Deve a proponente comprovar o atendimento a integralidade das exigências elencadas no item II do Termo de Referência que integra o presente Edital.

2. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.1 De forma a demonstrar a prova de Habilitação Jurídica, a arrematante deverá apresentar Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;

2.2 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

2.3 – Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da Sede da Licitante.

3. DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL:

3.1 A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

- a) Prova de inscrição no CNPJ;
- b) Prova de regularidade com a Receita Federal do Brasil e o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- d) Prova da regularidade com a Fazenda Pública do Estado, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa relativa aos Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
- e) Prova da regularidade com a Fazenda Pública do Município, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa relativa aos Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

3.2 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério do CRESS-SC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

- b) A não regularização da documentação no prazo previsto no item acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao CRESS-SC convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato ou revogar a licitação.

4. QUALIFICAÇÃO ECONOMIO-FINANCEIRA

4.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida há pelo menos 90 (noventa) dias, a contar da data prevista para abertura das propostas.